

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Maia e Guedes divergem sobre cessão onerosa e assinatura pode atrasar	2
Título: Conselho tenta aprovar acordo da cessão onerosa.....	3
Título: Destaques	4
Título: Queiroz Galvão divide recuperação da área de energia.....	5
Título: Conflito na Líbia leva barril do Brent a US\$ 71	6
Título: Fundos estrangeiros vendem ações da Vale após desastre em MG	7
Título: Minério acumula ganhos de mais de 30% neste ano	10
Título: Austral e Terra Brasis podem se unir para formar 3ª maior resseguradora.....	11
Título: Bancos privados dão crédito de R\$ 22 bi para privatização	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Plano prevê abertura do setor de gás nos estados	14
Título: Maia diz que não será ‘mulher de malandro’ na Previdência	15
Título: Bolsonaro dobra a aposta com Weintraub.....	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Ao STF Dodge defende tabela de frete para caminhoneiros.....	17
VEÍCULO: O Globo.....	18
Título: Petrobras negociará com Uruguai saída do país	18
Título: Possível privatização da Cemig sustenta alta da Bolsa	20
Título: Entra em campo a Comissão Arns	21
Título: Ministro sugere que Vale aplique multa em parques.....	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Fábio Pupo, Edna Simão, Ana Krüger, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília****Título: Maia e Guedes divergem sobre cessão onerosa e assinatura pode atrasar**

Os planos da equipe econômica de dispensar um aval do Legislativo para assinar um novo contrato com a Petrobras sobre a cessão onerosa e promover leilões multibilionários no setor podem ter no Congresso um obstáculo. A discordância foi expressa ontem em evento organizado pelos jornais **Valor** e "O Globo". O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a autorização não era necessária e foi contestado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) - que defendeu o contrário.

O governo já chegou a um alinhamento com a Petrobras e se prepara para firmar um novo contrato com a estatal. Ontem, no debate, Guedes disse que a assinatura será em menos de uma semana.

Durante o debate, Guedes afirmou que a cessão onerosa não depende do Congresso porque se trata de um contrato entre uma empresa privada e o governo. "Reconheço o poder de legislar, mas existem contratos. O contrato permite que a cessão onerosa seja feita sem Estados e municípios", disse. "Já estamos a milímetros [de assinar acordo], todo mundo olhou e vai ser assinado já já. Estamos há menos de uma semana", emendou.

Por outro lado, Maia afirmou que, na visão do Legislativo, o acordo para a cessão onerosa precisa uma lei, como o projeto votado na legislatura anterior pela Câmara, mas que não passou pelo Senado. Já a transferência de dinheiro para os Estados e municípios depende de mudança constitucional, afirmou, por causa do Teto de Gastos

Ao fim do evento, Guedes foi perguntado se o posicionamento pode atrasar os planos da equipe econômica em torno do tema. "Esse é um receio", reconheceu.

Perguntado sobre como resolver o impasse, Guedes respondeu que o questionamento deve ser endereçado ao presidente da Câmara. "Do nosso lado, cessão onerosa vai andar muito rápido", afirmou.

Maia retrucou. "Ele [Guedes] acha que não precisa de lei e eu acho que precisa. Para liberar dinheiro para os estados, fatalmente precisará de uma emenda

constitucional, porque não tem teto no governo federal para liberar o valor. O governo federal não tem margem", disse Maia ao **Valor**, negando que a divergência estabeleça qualquer dificuldade de relação entre ele e o chefe da equipe econômica. "Podemos divergir. Ninguém é obrigado a pensar igual. Quem disse que eu estou certo? Eu posso estar errado também", completou.

Os dois discordaram até das previsões sobre o quanto o leilão de excedentes geraria, a ser feito posteriormente à assinatura do novo contrato com a Petrobras. Enquanto nos bastidores é mencionado um valor de R\$ 100 bilhões, o Ministério da Economia afirma que a previsão não tem nenhum respaldo de cálculos técnicos. "Quem falou R\$ 100 bilhões foi você", afirmou ele, a Maia. "É que estou otimista", respondeu, em tom de brincadeira, o presidente da Câmara.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Conselho tenta aprovar acordo da cessão onerosa

Na véspera de o governo Jair Bolsonaro completar seus cem primeiros dias, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se reúne hoje para tentar concretizar uma das principais metas do início de mandato do presidente da República: aprovar o acordo entre a Petrobras e a União para revisão do contrato da cessão onerosa - negociação que se estende desde o governo Dilma Rousseff - e definir detalhes finais do megaleilão dos volumes excedentes da cessão.

A rodada de 28 de outubro mexe com os ânimos do mercado, já que tem potencial de impacto sobre o caixa da estatal e do Tesouro, e é visto pelas petroleiras globais como uma oportunidade de comprar ativos valiosos no pré-sal. Por ofertar volumes gigantescos, já descobertos, a rodada desponta como o maior leilão de petróleo do mundo.

Um estudo da consultoria Wood Mackenzie alerta para o fato de que a alta qualidade dos ativos não garante o sucesso do leilão. E destaca que o alto valor dos bônus esperado pelo governo, da ordem de R\$ 100 bilhões, deve comprimir as taxas de retorno dos investimentos e pode reduzir a concorrência. Daí a preocupação com o bônus fixo e do excedente em óleo (participação mínima destinada à União) a ser definido hoje para as áreas.

"Há uma percepção de que o volume [ofertado] é tão grande que suporta qualquer valor [de bônus e excedente em óleo], mas não é verdade", comenta o

diretor de pesquisa de exploração e produção da Wood Mackenzie para a América Latina, Horacio Cuenca.

A ideia do governo é licitar os excedentes - volumes descobertos que ultrapassam o limite total de 5 bilhões de barris ao qual a Petrobras tem direito a produzir nos campos de Búzios, Itapu, Atapu e Sépia. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) estima ao menos 6 bilhões de barris excedentes.

A expectativa é que o CNPE também delibere sobre o acordo entre Petrobras e governo para revisão do contrato da cessão - que em 2010 viabilizou o aumento da participação da União na empresa. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que as duas partes chegaram, enfim, a um consenso. Além do valor que a União pagará à Petrobras, a estatal receberá, das empresas vencedoras da licitação, uma compensação pelos investimentos realizados nos projetos. O Santander estima que a petroleira deverá receber da União de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões.

De acordo com uma fonte do governo, o leilão é acompanhado com "muito interesse" pelas grandes petroleiras globais. Segundo executivos de duas multinacionais, no entanto, o clima é de um misto de interesse com cautela.

Segundo a Wood Mackenzie, Búzios, o maior campo do pré-sal, pode envolver pagamentos de US\$ 30 bilhões, incluindo o bônus e a compensação à Petrobras. Se confirmado o bônus estimado de R\$ 100 bilhões para a rodada, qualquer percentual de lucro em óleo acima de 50% geraria uma taxa interna de retorno de cerca de 10% para Búzios. "É um valor relativamente baixo para um projeto desse tamanho", comenta.

Segundo ele, uma taxa de retorno baixa tende a restringir a participação no leilão às chinesas, mais abertas a garantir reservas, mesmo em projetos de menor rentabilidade, já que as estatais asiáticas têm um perfil declinante de produção. Para o líder de pesquisas em exploração e produção da Wood Mackenzie para a América Latina, Marcelo de Assis, há um risco de que se repita a falta de concorrência de Libra, primeiro leilão de partilha, de 2013, que só contou com um consórcio e não teve ágio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Lojas dos postos BR

A BR Distribuidora, controlada pela Petrobras, receberá até o dia 22 as propostas para a parceria no negócio de lojas de conveniência, segundo fonte que acompanha as negociações. A companhia busca um sócio com capacidade para bancar investimentos para acelerar o ritmo de abertura de unidades dentro dos postos de combustível. A BR considera o volume atual muito baixo: são 1.231 lojas franquizadas da BR para mais de 8 mil postos da Petrobras, segundo dados de 2018 da Associação Brasileira de Franquias (ABF). O **Valor** apurou que continuam no páreo grandes varejistas como Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, Lojas Americanas e IMC (dona da rede Frango Assado), além de fundos de investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Queiroz Galvão divide recuperação da área de energia

Quatro empresas de energia do grupo Queiroz Galvão pediram proteção judicial e extrajudicial no domingo à noite, depois que a Justiça indeferiu a homologação do plano de recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão Energia, que abarcava todos os ativos de energia da holding. A recusa se deu justamente porque o juiz do caso entendeu que não havia elementos que justificassem um plano único.

A Queiroz Galvão chegou a recorrer da decisão, mas teve o pleito indeferido pelo juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decisão de 4 de abril, Sacramone escreveu que os embargos de declaração apresentados consistiam em uma tentativa de "protelar aquilo que foi decidido". Para atender a determinação, a Queiroz Galvão apresentou, no domingo, os planos referentes à quatro sociedades de propósito específico (SPEs), algumas devedoras principais e algumas avalistas. Os processos continuarão com o juiz Sacramone.

As empresas Queiroz Galvão Energia (QGE) e Queiroz Galvão Energias Renováveis (QGER) apresentaram planos de recuperação extrajudicial, já aprovados por mais de três quintos de seus credores. A hidrelétrica Jauru e a Companhia Energética Santa Clara, por sua vez, entraram com pedidos de recuperação judicial. No caso das duas últimas, os pedidos foram apresentados porque venceu ontem o prazo para o pagamento da exposição de ambas ao mercado de curto prazo de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O montante total da dívida a ser reestruturado é de cerca de R\$ 3,15 bilhões. O plano de recuperação extrajudicial proposto anteriormente, e que foi rejeitado pela Justiça, abrangia R\$ 3,8 bilhões em dívidas. A diferença, desta vez, é que o total de cerca de R\$ 700 milhões devido ao BNDES não será abarcado pelos planos, por já ser uma dívida de longo prazo.

No caso da QGE, o plano, que já teve o aval de credores representando 99,9% da dívida de R\$ 2,7 bilhões, haverá desconto de 50% sobre o saldo do crédito abrangido. No período de dois anos depois da homologação deste plano pela Justiça, não será feito qualquer pagamento de quantia referente a principal, nem de juros. A amortização de 65% do crédito abrangido (após o desconto), incluindo os juros incidentes e não pagos durante o período de carência, será feito em 216 parcelas iguais e sucessivas mensais. O montante restante será pago em parcela única depois disso. Os juros serão de 1,5% ao ano.

As mesmas condições valerão para a dívida de R\$ 3,15 bilhões abrangida pela QGER, que, societariamente está debaixo da QGE. A dívida é maior que a da holding por conta de avais cruzados. A dívida da gestora americana Castlekale se concentra nesta unidade, a qual o plano de recuperação judicial já teve aprovação de credores representando 91,49% dos créditos.

A Queiroz Galvão arquivou ainda planos de recuperação judicial para as hidrelétricas Jauru e Santa Clara, contra dívidas de, respectivamente, R\$ 175,4 milhões e R\$ 112,2 milhões. A usina de Jauru tem 121,5 megawatts (MW) de potência, e teria que pagar ontem R\$ 39,3 milhões na liquidação do mercado de curto prazo de energia realizado pela CCEE) A usina Santa Clara tem 60 MW de potência, e deve outros R\$ 14 milhões à CCEE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Agências internacionais

Título: Conflito na Líbia leva barril do Brent a US\$ 71

Os preços do petróleo fecharam ontem no maior patamar de 2019, impulsionados por receios em torno da oferta da commodity após a retomada de combates entre milícias na Líbia e do anúncio de que os EUA passaram a classificar o Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica, do Irã, como uma organização terrorista.

Os contratos do Brent para junho fecharam em alta de 1,08%, a US\$ 71,10 por barril na ICE, em Londres, enquanto os do WTI para maio subiram 2,09%, a US\$ 64,40 por barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Na semana

passada, o Brent havia passado da marca de US\$ 70 pela primeira vez desde novembro de 2018, impulsionado pelos cortes de produção da Opep e pela queda na oferta no Irã e Venezuela, afetada por sanções dos Estados Unidos.

"A designação [como organização terrorista] definitivamente elevou [os preços do petróleo] a um novo patamar", disse Phil Flynn, analista sênior de mercados da Price Futures, à Dow Jones Newswires. "Isso eleva a probabilidade de que a administração Trump não dê isenções a compradores de petróleo iraniano", disse.

A escalada dos conflitos na Líbia traz temores de interrupções na produção do país norte-africano rico na commodity. A valorização chega depois de o líder militar sírio Khalifa Haftar, que controla o leste do país, ter iniciado uma ofensiva contra o governo em Trípoli, apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Combates foram travados na periferia da cidade ao longo do fim de semana.

Analistas do banco ANZ alertaram para o risco de problemas no fornecimento da Líbia. Embora os combates atualmente estejam ocorrendo longe dos principais campos petrolíferos, "o risco de que isso se expanda pelo país aumenta a cada dia".

"O sentimento na sexta-feira [também] foi motivado pelos dados mostrando fortes números no emprego nos EUA", acrescentaram os analistas do ANZ, segundo o jornal "Financial Times". "Isso ajudou o mercado a ignorar o maior aumento na atividade de perfuração em 12 meses."

Outro fator que contribui para dar sustentação aos preços é o relato de que a chinesa petrolífera Sinopec retomou as compras de petróleo dos EUA, observa a consultoria JBC Energy. De acordo com dados do Departamento de Energia, as exportações de petróleo dos EUA para a China diminuíram entre meados de 2018 e as últimas semanas, após terem ficado, em média, em 300 mil barris/dia na primeira metade do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Olaf Storbeck, Andres Schipani, Richard Milne e Jennifer Thompson | Financial Times, de Frankfurt, São Paulo, Oslo e Londres

Título: Fundos estrangeiros vendem ações da Vale após desastre em MG

A Union Investment, terceira maior administradora de ativos da Alemanha, vendeu todas suas ações e bônus do grupo minerador Vale, depois do

rompimento da barragem de rejeitos em janeiro no Brasil que deixou até o momento 224 pessoas mortas e 69 desaparecidas, segundo último balanço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

O rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Minas Gerais, em 25 de janeiro, foi a segunda catástrofe do tipo envolvendo a Vale desde 2015, quando houve o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, também em Minas Gerais.

As ações da Vale, maior produtora mundial de minério de ferro, caíram 25% na primeira sessão depois da segunda catástrofe. O executivo-chefe Fabio Schvartsman renunciou temporariamente. As ações recuperaram a maior parte das perdas nos últimos meses, mas a companhia está sob pressão dos investidores para melhor seu desempenho de segurança.

A Igreja Anglicana vendeu sua participação na Vale, de menos de 10 milhões de libras esterlinas (US\$ 13 milhões), dias depois do desastre. Em março, o conselho de ética da Suécia, que assessora vários fundos de pensão, instou a seus clientes a vender suas ações na mineradora brasileira, argumentando "ter perdido a confiança" na companhia.

Na sexta-feira, a Igreja Anglicana e o conselho de ética sueco solicitaram a todas as mineradoras de capital aberto que divulgassem "todas as instalações individuais de armazenamento de rejeitos sob seu controle".

O fundo de petróleo da Noruega, maior fundo soberano do mundo, que detém participação de 1,1% na Vale, informou ao "Financial Times" que mantém conversas com a empresa desde o desastre de janeiro e que o conselho de ético da Noruega, que assessora o fundo de petróleo sobre a venda de certas participações, está estudando a Vale.

A Union Investment administra € 338 bilhões em ativos e tem participação de mercado de 15% na Alemanha. Era uma pequena acionista da Vale e vendeu a participação no fim de março.

"A Vale foi excluída de todos os produtos administrados ativamente por [nós]", afirmou o chefe de questões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) na Union Investment, Henrik Pontzen.

O investidor estrangeiro evitou a Vale por anos, algo que mudou quando a companhia alterou sua estrutura acionária

Outra pessoa a par das discussões internas na Union Investment disse ao "Financial Times" que a decisão foi tomada após discussões com a Vale que levaram à conclusão de que a mineradora tinha "falhas estruturais" significativas e não havia implementado "medidas suficientes" para evitar catástrofes similares.

A Allianz Global Investors, segunda maior gestora de ativos da Alemanha, informou ao "Financial Times" que havia reduzido sua exposição à Vale depois do desastre com a barragem em 2015 [da Samarco em Mariana] e havia deixado de ser acionista da Vale bem antes de janeiro.

Susana Penarrubia, chefe de integração de questões de ESG na administradora de ativos DWS, maior da Alemanha, havia comentado em fevereiro o rompimento da barragem à Reuters. "Confirma mais uma vez nosso ponto de vista muito cauteloso em questões ESG do setor minerador". Também havia dito que a DWS já havia excluído a Vale de seus investimentos ESG e iria reavaliar as posições de investimento mantidas em nome de clientes institucionais.

Os investidores estrangeiros evitaram a Vale por anos, algo que mudou apenas quando a companhia alterou sua estrutura acionária pouco depois da chegada de Schvartsman, em meados de 2017. A mudança fundamental foi o fim do acordo de acionistas controladores que estava em vigência há 20 anos.

Dois dos quatro fundos de pensão brasileiros que formam o grupo chamado Litel, maior acionista da Vale, com participação de 21%, não responderam os pedidos para comentar o assunto. Os outros dois não quiseram comentá-lo, assim como a Vale.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem participação de 6,3%, também não quis comentar o assunto. O banco privado Bradesco informou ao "Financial Times" que vai manter sua participação de 5,7%.

Em março, a polícia e promotores brasileiros citaram em documentos jurídicos "evidência" de que a Vale tinha ciência do alto risco de ruptura da barragem e que exerceu "pressão" sobre os auditores responsáveis pela certificação da estrutura para que a certificasse como segura.

Alertaram para a possível aplicação de multas em dinheiro sobre a Vale, assim como para "sanções mais drásticas, como a suspensão parcial ou proibição de suas atividades e até a dissolução compulsória da companhia".

O ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, disse ao "Financial Times" que "a maior responsabilidade é da companhia, sem dúvida", acrescentando que o monitoramento das barragens em geral precisam ser melhorado.

A Vale anunciou a suspensão das operações em dez de suas barragens em Minas Gerais. A decisão foi tomada depois da adoção de novos critérios pelas autoridades para avaliar os graus de risco.

A Igreja Anglicana pediu em carta para 683 empresas mineradoras de capital aberto no mundo listarem suas instalações de armazenamento de rejeitos em 45 dias. "É essencial que os investidores possam estabelecer uma linha de visão clara sobre quais empresas têm quais instalações de armazenamento de rejeitos e como essas instalações estão sendo administradas", disse Adam Matthews, diretor de ética e engajamento do Conselho de Pensões da Igreja Anglicana. A carta foi apoiada por 96 investidores, com US\$ 10,3 trilhões em ativos sob sua administração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minério acumula ganhos de mais de 30% neste ano

A redução da oferta de minério de ferro no mercado mundial, após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) e a passagem de um ciclone por áreas de operação da BHP e da Rio Tinto na Austrália, mais do que compensou o esfriamento das expectativas em relação à economia chinesa, e vai garantindo à commodity ganhos acumulados superiores a 30% neste ano.

Até ontem, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 31,03% em 2019, para US\$ 95,30 a tonelada, o maior valor em quatro anos e meio. No dia, a alta foi de 2,6% e, em abril, a valorização chegou a 11,7%.

No mercado futuro, os contratos mais líquidos para entrega em maio e setembro subiram mais de 4%. Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos para maio fecharam em 712 yuans por tonelada, com alta de 24,50 yuans ante o

preço de quinta-feira - na sexta-feira, feriado, a China celebrou o Dia da Limpeza dos Túmulos. Os contratos de setembro, por sua vez, encerraram o dia a 653,50 yuans, com ganho de 26,50 yuans.

No curtíssimo prazo, os mais otimistas veem espaço para nova alta, enquanto outros participantes do mercado indicam que a cotação atual está alinhada aos fundamentos. Contudo, para o longo prazo, a visão dos analistas ainda é de preços decrescentes. Um trader de Xangai ouvido pela Fastmarkets observou que a alta recentes das cotações parece ser motivada mais pela especulação em torno da oferta da commodity do que propriamente por fundamentos concretos.

Em relatório sobre minério de ferro e aço de sexta-feira, o analista Carsten Menke, do banco Julius Baer, afirmou que as interrupções significativas na oferta empurraram os preços para as máximas em muitos anos. Para as siderúrgicas, porém, o aumento de custo com o minério foi compensado pelo coque mais barato. Para o banco, o mercado de minério está equilibrado e os preços do aço devem permanecer limitados, com a menor demanda na China.

"Fora da China, a demanda por aço parece ter superado o pico cíclico. A produção começou a encolher na Europa e no Japão, mas continua a crescer nos Estados Unidos como resultado das tarifas aplicadas pelo governo. Assim, os preços menores do aço americano apontam para um mercado interno suficientemente abastecido", escreveu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan e Sérgio Tauhata | De São Paulo

Título: Austral e Terra Brasis podem se unir para formar 3ª maior resseguradora

As resseguradoras Austral Re, controlada pela Vinci Partners, e a Terra Brasis, do grupo Brasil Plural, retomaram as negociações para uma eventual fusão, afirma uma fonte a par do assunto. Segundo o **Valor** apurou, as empresas chegaram a conversar no passado, mas as negociações ficaram congeladas por conta das incertezas políticas e econômicas.

Com a consolidação de um cenário mais positivo para o setor, diante da retomada de investimentos em óleo e gás e outros segmentos de infraestrutura, bem como com a perspectiva de retomada econômica, faria sentido uma eventual união.

As companhias não quiseram fazer comentários sobre o assunto.

O setor de resseguros no Brasil é dominado pelo IRB Brasil Re, com 36% de participação de mercado. Mas a antiga estatal figura quase sozinha como representante brasileira entre as companhias do mercado no país.

A lista da Superintendência de Seguros Privados (Susep), regulador do segmento, mostra que dos 16 resseguradores a atuar no Brasil, apenas quatro - IRB, Austral, Terra Brasis e BTG - são empresas com capital 100% nacional. O restante faz parte de grandes grupos seguradores e resseguradores globais.

Uma eventual fusão de Austral e Terra Brasis criaria a terceira maior companhia do segmento em termos de prêmios emitidos, com cerca de 6% do mercado. Segundo dados da Susep relativos a 2018, a companhia resultante somaria R\$ 481,3 milhões em prêmios emitidos, atrás apenas de Munich Re, com R\$ 563 milhões, e do próprio IRB, com R\$ 4,6 bilhões.

De acordo com outra fonte do mercado, "será positivo ter um concorrente com sede no Brasil e uma certa escala. Na prática, a Vinci Partners e a Brasil Plural vão tentar replicar um 'mini IRB'". Para essa mesma fonte, juntas, as empresas terão ativos totais de R\$ 1,5 bilhão, mas com grande potencial de valorização.

Conforme o **Valor** apurou, em uma eventual operação de fusão entre as companhias, não deve haver desembolso de valores, apenas troca de ações, com uma participação maior, de cerca de dois terços, para a Austral, considerando o tamanho da empresa.

Em um período no qual o mercado estava em contração, em 2017, a Vinci chegou a negociar a venda das operações de seguros e resseguros da Austral para o grupo chinês Fosun. A Terra Brasis, por sua vez, tem sido alvo de especulações sobre o interesse do grupo em elevar o capital.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira | De São Paulo

Título: Bancos privados dão crédito de R\$ 22 bi para privatização

Os três maiores bancos brasileiros e cinco estrangeiros acertaram um financiamento de R\$ 22 bilhões ao consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) para a compra de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG). A cifra corresponde

a aproximadamente dois terços do valor de US\$ 8,6 bilhões que a Petrobras vai receber pela venda do ativo.

Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco serão os maiores financiadores da transação. Juntos, vão entrar com R\$ 13,5 bilhões, divididos em partes aproximadamente iguais. Para isso, farão uma emissão de debêntures com vencimento em sete anos.

O holandês ING, os franceses Crédit Agricole e BNP Paribas, e os japoneses Sumitomo e Mizuho vão entrar com o equivalente em dólares a R\$ 9,5 bilhões, apurou o **Valor**.

A venda da TAG envolverá uma das maiores operações de financiamento a fusões e aquisições em 2019 e é um exemplo da retomada dessa modalidade de crédito no país, em meio a um crescente volume de negócios.

O acordo é representativo do espaço que os grandes bancos brasileiros vêm tentando ocupar nesse tipo de transação, que tradicionalmente era feita por instituições estrangeiras. O BNDES também teve papel relevante nessas operações durante a política dos chamados "campeões nacionais", que vigorou nos governos do PT.

O Bradesco tem sido um dos mais atuantes. No ano passado, entrou em operações como a compra da americana National Beef pelo frigorífico Marfrig e a fusão entre Suzano e Fibria.

O financiamento a fusões e aquisições tem atraído recursos de longo prazo a despeito da pouca disposição dos bancos para dar crédito a grandes empresas. Uma razão é a estrutura dessas operações, feitas geralmente com a emissão de debêntures, que podem ser vendidas no mercado se necessário. Outro motivo é o respaldo desses negócios em garantias.

No caso da TAG, o financiamento será assegurado pelos contratos de transporte de gás com a Petrobras, o que reduz muito o risco para os bancos. "Já está tudo negociado e todos os financiamentos garantidos. Mais do que garantidos. São 100% baseados nas receitas dos contratos com a Petrobras", disse ontem Maurício Bähr, presidente da Engie no Brasil. O pagamento à estatal será feito na conclusão da venda, prevista para daqui a 60 dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/04/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Plano prevê abertura do setor de gás nos estados**

Medida é uma das condições do novo pacote de socorro aos governos estaduais

O novo plano do governo federal de socorro aos Estados – batizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de Plano Mansueto – terá como uma das contrapartidas de acesso ao auxílio financeiro a abertura do mercado de distribuição de gás pelos governos estaduais. A medida faz parte da estratégia de Guedes para promover um “choque de Energia barata” e ampliar os investimentos e empregos no País. Pelo desenho do Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF), nome formal do programa, os Estados terão um leque de cinco opções (condicionalidades) para ter acesso a dinheiro novo antecipado por meio de garantias do Tesouro Nacional, chefiado pelo secretário Mansueto Almeida, que está elaborando o socorro aos Estados.

Os governadores também terão de cumprir medidas de ajustes nas despesas e receitas. Uma das condições que serão colocadas à mesa para que eles entrem no plano é a abertura do mercado brasileiro de gás. Hoje, os governos regionais, que têm agências reguladoras estaduais, impedem que empresas privadas acessem os dutos de distribuição estaduais. Ao aderir ao programa, o Estado terá de aderir à regulação federal e criar a chamada figura do consumidor livre, que desobriga a compra de gás somente da distribuidora local. Na avaliação do Ministério da Economia, se um ou dois Estados aderirem e cumprirem essa regra, poderá haver um “efeito demonstração” para outros governos regionais.

Em entrevista ao Estado, o secretário de avaliação de Política Pública, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia, Alexandre Manoel Silva, disse que o setor de gás hoje no Brasil é praticamente monopolizado na parte de distribuição (downstream) pelos Estados, e na de prospecção e exploração (upstream) pela Petrobrás. Segundo o secretário, a medida vai aumentar a competição no mercado e, consequentemente, os investimentos, o que também reforçará a arrecadação para o próprio Estado.

“Há Estados que preferem ter prejuízos a permitir que outras empresas possam utilizar seus dutos”, ponderou. Petrobrás. Em outra frente, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) vai aprovar em reunião nesta semana a formação de um grupo de trabalho para aprofundar o diagnóstico e propor ações que possam, eventualmente, serem incorporadas em acordos de controles de

concentração no mercado de gás entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobrás.

A ideia do governo é que a estatal petrolífera abra a outras empresas os seus dutos de produção e escoamento de gás natural. Esse é um pleito antigo do setor industrial, que reclama do monopólio do setor. Segundo o secretário, essas medidas são o passo inicial para uma nova política de gás. Numa terceira etapa, o governo vai enviar um projeto de lei ao Congresso para completar a regulação. “Vamos ter um choque de oferta porque uma nova camada de **Energia** que hoje está reprimida vai ser ofertada”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/04/2019

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues Camila Turtelli / BRASÍLIA

Título: Maia diz que não será ‘mulher de malandro’ na Previdência

Presidente da Câmara afirma que não vai ficar no meio de uma briga levando pancada da base de Bolsonaro

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que vai trabalhar pela aprovação da reforma da Previdência, mas não vai ser articulador político para não ficar “levando pancada”. “Não vou ser mulher de malandro, de ficar apanhando e achando bom”, afirmou. “O presidente da Câmara coordena 512 deputados, todos iguais. Eu recebo na residência da Câmara 50, 60 deputados. É diferente ser presidente da Câmara e presidente da República no sistema presidencialista. Só não vou ficar no meio dessa briga levando pancada da base do presidente”, afirmou Maia em evento promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também disse que não tem pretensão de ser articulador político do governo.

Na semana passada, ele participou de uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre reforma da Previdência que acabou em bate-boca com deputados da oposição. “Vocês viram meu desempenho (na CCJ). Não tenho temperamento para isso. Não sou animal para fazer essa coordenação. Sou animal de combate, mas em economia”, afirmou, arrancando risos da plateia. Após as farpas trocadas com o presidente Jair Bolsonaro ao longo do mês de março, Maia disse que não vai falar mais da quantidade de votos que o governo tem e nem da data para aprovar a reforma. “Não falo mais de prazo, nem de voto. Agora, se o governo vai ganhar, você pergunta para o Onyx (Lorenzoni, ministro da Casa Civil)”, afirmou. De acordo com a atualização do Placar da Previdência, publicado pelo Estado, 196 deputados disseram que votariam a favor do texto enviado ao Congresso, mas com modificações.

Outros 104 deputados votariam contra. O número foi atualizado ontem. Alguns deputados que disseram num primeiro momento que votariam a favor com mudanças mudaram de posição nesta segunda-feira. O ministro da Economia negou que já conte com um impacto menor da reforma, de R\$ 800 bilhões, em vez de R\$ 1,1 trilhão previsto inicialmente. Disse, porém, que não conseguir fazer a capitalização “não é uma derrota” e que “não sairá na primeira derrota”. “O máximo que vou fazer é, quando começar a bagunça, sair da sala e ir para casa”, afirmou. Guedes também confirmou que o plano do governo federal é repassar 70% dos recursos do pré-sal pa-ra Estados e municípios.

A informação foi antecipada no fim de março pelo Estado. Ele defendeu que não haja condicionantes para o repasse desses recursos, mas que, se for da preferência dos parlamentares, pode haver exigência de direcionar uma parte desses recursos para educação e saúde. “Não vou regular o que governador faz com dinheiro, ele é que foi eleito. Do ponto de vista da Fazenda e Petrobrás, a cessão onerosa será resolvida”, afirmou, no evento Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o acordo de cessão onerosa, que permitiu à estatal a exploração de 5 bilhões de barris de petróleo na Bacia de Santos. À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A expectativa do governo, porém, é que a área pode render mais 6 bilhões de barris. A União quer fazer um leilão do volume excedente, previsto para 28 de outubro

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: Bolsonaro dobra a aposta com Weintraub

Coluna do Estadão

A escolha de Abraham Weintraub para a Educação reforça no Congresso a percepção de que Jair Bolsonaro ainda não pensa em mudar o modus operandi de sua relação com os parlamentares. A vaga aberta pela saída de Vélez Rodriguez era uma janela de oportunidade para o Planalto ampliar apoios. Porém, ao optar pelo economista, discípulo de Olavo de Carvalho e bolsonarista de quatro costados, o sinal do presidente é muito claro: continuará tendo como prioridade a guerra cultural, mesmo com o desgaste de sua imagem registrado pelas pesquisas.

» ...da sociedade. Também está na pauta a instalação de um linhão de Energia em terras dos índios Waimiri Atroari, no AM e em RR.

Com Juliana Braga E Marianna Holanda

» SINAIS PARTICULARES. Abraham Weintraub, nomeado ministro da Educação

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/04/2019

Seção: Mercado

Autor: William Castanho e Ivan Martínez-Vargas

Título: Ao STF Dodge defende tabela de frete para caminhoneiros

Ministra da Agricultura diz que medida é perversa em uma economia aberta

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu, em parecer encaminhado ao STF (Supremo Tribunal Federal), a legalidade da tabela de frete mínimo dos caminhoneiros.

Nesta segunda-feira (8), a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse, porém, que ospreços regulados é uma medida perversa.

A manifestação da PGR foi encaminhada ao Supremo na sexta-feira (5).

A CNA (Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil) e ATR (Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil) ajuizaram ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) contra a medida da gestão Michel Temer (MDB).

A tabela foi editada para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros de maio de 2018 — o movimento durou 11 dias e causou desabastecimento.

“A livre iniciativa e a livre concorrência não possuem valor absoluto na ordem jurídica e podem ser relativizadas para a salvaguarda de outros valores constitucionalmente protegidos”, escreve Dodge.

A procuradora-geral diz que a atuação estatal tem por objetivo corrigir distorções.

“É constitucional a política nacional de pisos mínimos no transporte rodoviário de cargas instituída pela lei 13.703, uma vez que configura medida excepcional destinada a superar situação de crise no mercado concorrencial e assegurar remuneração dos serviços prestados acima do preço de custo”, afirma Dodge.

De acordo com ela, a lei questionada pelas entidades “atende ao princípio da proporcionalidade”.

A definição de preço mínimo, segundo Dodge, “contribui para a preservação do valor do frete em consonância com os custos despendidos, provendo para o respeito à dignidade humana e à valorização do trabalho, em detrimento da suposta liberdade para contratar serviços abaixo do preço de custo”.

O caso está sob relatoria do ministro Luiz Fux e não há previsão de julgamento.

A fiscalização do preço mínimo é uma das principais demandas dos caminhoneiros. Segundo eles, mesmo após a conversão da medida provisória de Temer em lei, ainda não há controle nas estradas. Eles reclamam também do preço do diesel.

Em visita à feira Tecnoshow, em Rio Verde (GO), Tereza Cristina defendeu a livre iniciativa e a livre concorrência.

“O ideal é que a tabela caísse, pois, afinal, vivemos em uma economia aberta. Precisamos sentar e conversar, para chegar a um entendimento entre as partes e não criar lei e tabelamento”, disse.

A opinião da ministra causou reações entre lideranças dos caminhoneiros.

“A declaração dada pela ministra está equivocada, uma vez que a lei trouxe transparência às negociações de contratação de frete e regulou a um mercado que estava desequilibrado”, afirmou Diumar Bueno, presidente da CNTA (confederação de caminhoneiros autônomos), em nota.

“Ela defende o setor do agro, tem uma opinião particular. A minha opinião é de que vou lutar para que a regra atual seja mantida”, diz Wallace Landim, o Chorão, um dos articuladores da paralisação de 2018.

Segundo a ministra, a USP (Universidade de São Paulo) divulgará em maio um estudo com uma proposta de tabela.

Ela disse que tem conversado sobre o tema com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, cuja pasta é a responsável pela regulamentação da lei.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E RENNAN SETTI

Título: Petrobras negociará com Uruguai saída do país

Estatual tem concessão de duas distribuidoras de gás no país e acumula prejuízos de US\$ 116 milhões, além de atuar com postos de combustíveis. Impasses sobre preço do produto e relação com trabalhadores dificultam operação

A Petrobras vai iniciar nas próximas semanas negociações com o governo do Uruguai para devolver as concessões de duas distribuidoras de gás natural canalizado: uma na capital, Montevideu, e outra no interior. A empresa quer sair do país porque a operação é deficitária e já soma prejuízos de US\$ 116 milhões, segundo fonte a par das discussões. Além disso, a empresa pretende sair da atividade de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Ela conta com 89 postos no Uruguai.

O principal problema para a Petrobras é que ela compra, a preço de mercado, o gás natural da Argentina —única opção disponível —, mas é obrigada a vender no Uruguai a valor tabelado e com subsídio.

—A Petrobras está transferindo renda de uma empresa da sociedade brasileira para a população uruguaia — disse uma fonte a par das discussões sobre o subsídio.

O argumento da estatal brasileira é que, desde o início da concessão, o cenário mudou para o setor de distribuição de gás no Uruguai, com alterações nas condições de importação do gás da Argentina. Entre 2005 e 2015, o preço do produto foi multiplicado por oito. Além disso, o Uruguai abandonou um projeto de construção de uma planta regaseificadora, que permitiria a importação de gás natural liquefeito (GNL).

EM BUSCA DE DIÁLOGO

A Petrobras atua no país com uma distribuidora de gás no interior, a Conecta, e com a MontevideoGas, na capital. Recentemente, o caso da Conecta foi levado à arbitragem internacional. O resultado foi parcialmente favorável à estatal brasileira. O tribunal arbitral decidiu que o governo uruguaio deve renegociar o contrato para buscar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, mas negou o pedido de rescisão do contrato e o pagamento de indenização por perdas.

Segundo fontes a par das discussões, até agora a Petrobras não conseguiu devolver a concessão e, ao mesmo tempo, lida com a resistência do sindicato de trabalhadores. No ano passado, a MontevideoGas iniciou um plano para diminuir gastos, que incluiu a suspensão temporária de 20 empregados e uma demissão.

A União Autônoma de Trabalhadores e Empregados da Companhia de Gás (Uaoegas), o sindicato dos trabalhadores da categoria, tem feito mobilizações para discutir até uma possível ocupação dos escritórios da MontevideoGas.

Segundo Alejandro Acosta, dirigente do Uaoegas, o sindicato quer que os 20 funcionários suspensos sejam reintegrados e defende que o controle da atividade volte ao Estado uruguaio. Uma característica da lei uruguaia é que a ocupação da empresa é considerada extensão do direito de greve. A Petrobras já sofreu 11 ocupações nas duas distribuidoras e várias greves de fome contra redução de custos. Acosta diz que o sindicato avalia nova ocupação no próximo dia 23, caso não haja acordo.

A Petrobras diz que tomará “todas as medidas legais cabíveis para conservar ou restabelecer, se necessário, a operação normal e segura da concessão de distribuição de gás em Montevideu”.

A distribuição de gás no Uruguai não faz mais parte do foco da estatal, que é a produção no pré-sal. A Petrobras iniciou suas operações no país em 2004, quando adquiriu o controle da Conecta, com fatia de 55%. O restante pertence à estatal uruguaia Ancap. Em 2006, a Petrobras comprou 66% do capital da MontevideoGas e arrematou os 34% restantes em 2011.

Em nota, a Petrobras informou que continua buscando diálogo com as autoridades do país para resolver os “problemas estruturais” que afetam o contrato de concessão. Procurado, o Ministério da Indústria e Energia do Uruguai não comentou o assunto até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro e Gabriel Martins SÃO PAULO E RIO

Título: Possível privatização da Cemig sustenta alta da Bolsa

Ações da estatal de Energia mineira sobem 2,14%, levando Ibovespa a avanço de 0,27%. No câmbio, dólar cai 0,61%, a R\$ 3,849

A sinalização de que a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) pode ser privatizada ainda em 2019 fez com que as ações da estatal fechassem em alta de 2,14%, contribuindo para deixar a Bolsa em terreno positivo. O Ibovespa, principal índice do mercado local, teve alta de 0,27%, aos 97.369 pontos.

As ações ganharam fôlego depois que o governador de Minas, Romeu Zema, disse que a venda é inevitável.

— A situação financeira do estado é crítica demais, não há como evitar a venda da Cemig—disse Zema, que aposta que o plano pode ser aprovado até o fim do ano.

Os papéis da estatal encerraram a R\$ 14,35, mas na máxima do dia foram negociados a R\$ 14,71, com alta de 4,7%. O movimento perdeu força à medida que os investidores observaram que a privatização precisa de três quartos dos votos para ser aprovada na Assembleia Legislativa de Minas. O Novo, partido do governador, tem apenas três das 77 cadeiras da Casa.

— Houve euforia com a notícia da privatização, mas é um processo complexo. O partido do governador tem uma base pequena. Haverá muita discussão —disse Lucas Carvalho, analista daToro Investimentos.

Já o dólar comercial encerrou em queda de 0,61%, a R\$ 3,849.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: Entra em campo a Comissão Arns

A Comissão Arns escolheu dois casos para denunciar violações aos direitos humanos desde a posse de Jair Bolsonaro. O grupo cobrará explicações sobre a ação policial que deixou 15 mortos no Morro do Fallet-Fogueteiro, no Rio. Em outra frente, vai contestar o plano de construir um linhão de Energia na terra indígena Waimiri Atroari, em Roraima.

O anúncio será feito hoje, em São Paulo. Será o pontapé inicial da comissão, que reúne juristas, intelectuais e ex-ministros que atuaram nos governos Sarney, FH, Lula e Dilma. Eles veem risco de retrocessos na gestão de Bolsonaro, que tem longo histórico de embates com defensores de direitos humanos.

O Ministério Público já investiga a operação no Fallet-Fogueteiro, no início de fevereiro. A PM afirma ter reagido a um ataque de bandidos, mas parentes dos mortos acusam os policiais de execução. Para o presidente da comissão, Paulo Sérgio Pinheiro, o caso tem as características de uma chacina.

“As irregularidades são enormes. A polícia recolheu os corpos antes da chegada dos peritos. Testemunhas disseram que houve tortura e que todos estavam rendidos antes de serem baleados”, afirma.

O governador Wilson Witzel elogiou a operação e disse que os policiais agiram “para defender o cidadão de bem”. “O que nos assusta é a celebração da morte.

O Estado não pode promover execuções em nome da luta contra o crime”, rebate Pinheiro.

Titular dos Direitos Humanos no governo FH, ele diz que o pacote de Sergio Moro, que amplia o conceito de legítima defesa de agentes do Estado, representa uma “licença para matar” “Essa proposta pode consagrar a impunidade no Brasil. Isso não é política de segurança. É uma forma de enganar a população”, critica.

A comissão também vê ameaças aos povos indígenas no governo Bolsonaro. Em fevereiro, o presidente assinou um decreto para transformar o Linhão de Tucuruí em projeto de “interesse da política de defesa nacional”. Isso abriu caminho para que a obra seja iniciada sem a permissão dos waimi-atroari.

Na ditadura militar, a etnia foi ameaçada de extinção pela abertura da BR-174. O relatório da Comissão Nacional da Verdade cita confrontos com o Exército e afirma que a população local foi reduzida de três mil para 332 pessoas. “Este caso ilustra o que o novo governo tem dito a respeito dos povos indígenas. Há grande potencial de novos conflitos”, alerta Pinheiro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Ministro sugere que Vale aplique multa em parques

Ricardo Salles, do Meio Ambiente, pretende reverter R\$ 250 milhões cobrados da mineradora pela tragédia de Brumadinho em melhorias em sete áreas de preservação de Minas; empresa não paga ao Ibama desde 2015

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informou ontem que propôs à Vale um acordo para transformar a multa de R\$ 250 milhões aplicada à empresa pelo impacto do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em investimento em sete parques ecológicos em Minas Gerais. Segundo o ministro, a Vale teria se comprometido, caso o acordo seja concluído, a não recorrer administrativamente da multa aplicada em janeiro passado pelo Ibama, logo após a tragédia.

A informação foi dada pelo ministro em entrevista à GloboNews. Salles disse ainda que propôs à Vale que “adote” Inhotim, o maior museu a céu aberto do mundo, que fica em Brumadinho e movimenta o turismo na região.

Como as mineradoras sempre questionam multas em esferas administrativas e judiciais, o poder público não costuma ser bem-sucedido arrecadando recursos

desse tipo. Desde 2015, a Vale recebeu multas de um valor total de R\$ 389 milhões — nenhuma delas, no entanto, foi paga. Até janeiro passado, a Samarco, que tem a Vale como acionista e era a responsável pela barragem de Mariana, também não havia pago nenhum centavo de multa ambiental de R\$ 350,7 milhões aplicados pelo Ibama.

— É uma grande oportunidade para Minas Gerais ter um grande investimento, nesse montante de R\$ 250 milhões. Investimento esse que traz não só conservação do meio ambiente, mas oportunidade de emprego e desenvolvimento de um estado que está muito fragilizado por causa dos problemas da mineração — explicou o ministro.

Salles afirmou que os R\$ 250 milhões seriam usados em infraestrutura e na criação de atrações nos sete parques, como trilhas e restaurantes, o que deixaria as unidades de conservação prontas para serem concedidas à iniciativa privada. Segundo o ministro, tanto a mineradora quanto o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, já estão de acordo com a proposta, que agora deverá ser encaminhada à Advocacia-Geral da União, ao Ministério Público Federal e à Justiça.

— Ganha todo mundo. O estado de Minas, a população de Minas e o meio ambiente — disse Salles, ao explicar que a conversão em investimentos em parques é uma solução para o “impasse administrativo” em relação à multa, uma vez que a mineradora já recorreu.

Minas abriga os parques nacionais Grande Sertão Veredas (MG-BA), Cavernas do Peruaçu, Serra do Gandarela, Serra da Canastra, Serra do Cipó e Sempre-Vivas, além da Floresta Nacional de Passa Quatro, todos com administração federal.

MELHOR INFRAESTRUTURA

Empenhado em conceder à iniciativa privada unidades de conservação federais, o ministro lembrou que neste ano o processo já contemplou o Parque Nacional de Itatiaia. Salles viaja nos próximos dias para o Rio Grande do Sul, onde está em curso o processo para licitação das unidades de conservação de Canela, São Francisco de Paula e Cambará do Sul. A previsão é que seja concluído até outubro.

O ministro explicou que o governo não deve priorizar a outorga — valor pago pelo futuro concessionário ao Tesouro. Segundo ele, o valor da outorga é pequeno frente à arrecadação do Tesouro. Na avaliação de Salles, o principal é o investimento que os concessionários farão na infraestrutura dos parques. Ele

citou que no caso de Itatiaia o valor da outorga foi de R\$ 17 milhões. Outros R\$ 17 milhões foram direcionados a investimentos.

MME / ASCOM .